



Serpes

Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

Região Metropolitana de Goiânia

Goianira

Amostra:

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 383 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,13%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025
RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Goianira, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública.

Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a alocação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população.

A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

3. Delimitação espacial da pesquisa:

Esta pesquisa foi realizada no município de Goianira.

4. Faixa etária:

- 4.1 De 16 a 34 anos;
- 4.2 De 35 a 59 anos;
- 4.3 Acima de 60 anos.

5. Coleta de Dados:

- 5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;
- 5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;
- 5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;
- 5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

6. Contratante:

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

7. Responsabilidade técnica:

SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

8. Análise dos serviços públicos

8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	68,67%	32,90%	35,51%	0,26%	34,20%	22,72%	11,75%	17,75%	40,21%	10,70%
Considero que não	21,67%	10,18%	11,49%	0,00%	7,31%	10,70%	3,66%	4,18%	13,05%	4,44%
Não opina	9,66%	4,70%	4,96%		2,87%	4,18%	2,61%	4,96%	2,87%	1,83%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65

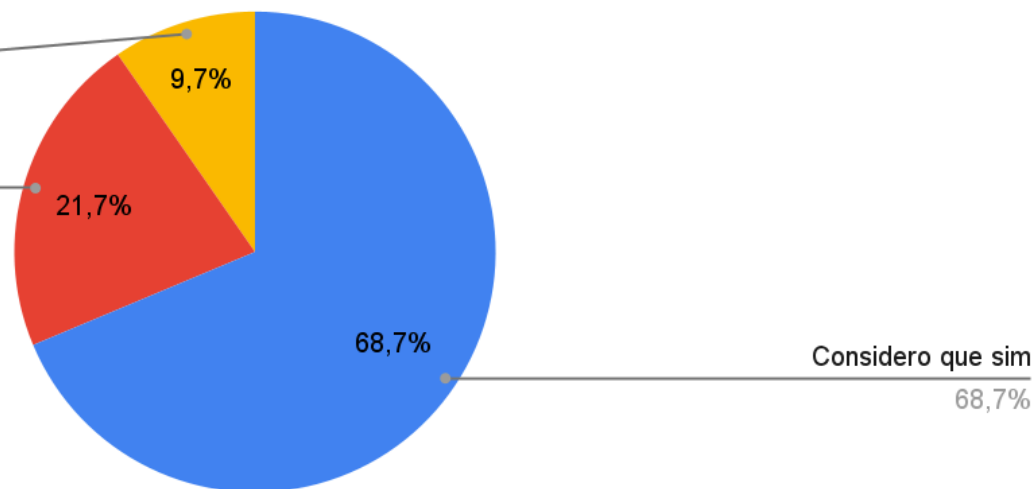
1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?

Não opina

9,7%

Considero que não

21,7%



Considero que sim

68,7%

A análise da percepção sobre a igualdade de acesso às escolas públicas no município aponta um cenário majoritariamente favorável, porém marcado por desafios estruturais que não podem ser desconsiderados. O percentual de 68,7% dos respondentes que afirmam existir equidade no acesso educacional indica que a maior parte da população percebe a rede pública como capaz de ofertar vagas suficientes, com distribuição territorial e infraestrutura consideradas adequadas para atender diferentes regiões e grupos sociais. Esse resultado sugere reconhecimento da capacidade do sistema educacional em garantir, de forma geral, o direito à educação básica no município.

Entretanto, a proporção de 21,75% que considera não haver igualdade de acesso evidencia a existência de desigualdades percebidas por um contingente significativo da população. Essa percepção negativa pode estar associada a fatores como concentração de unidades escolares em determinadas áreas, insuficiência ou defasagem da infraestrutura física e pedagógica, limitações na capacidade de atendimento, dificuldades de deslocamento até as escolas e barreiras socioeconômicas que afetam especialmente famílias em situação de maior vulnerabilidade. Esses elementos indicam que, embora a oferta global seja considerada satisfatória, o acesso efetivo não ocorre de maneira plenamente homogênea em todo o território.

O percentual de 9,7% de respondentes que não opinaram reforça a hipótese de desconhecimento, ausência de contato direto com o sistema educacional ou insuficiência de informações para uma avaliação mais consistente. Esse grupo pode incluir cidadãos sem vínculo atual com a rede pública de ensino ou com pouca proximidade das dinâmicas escolares, o que limita a formação de uma percepção qualificada sobre o tema.

De forma integrada, os dados demonstram que a percepção positiva sobre a igualdade de acesso às escolas públicas é predominante, mas não unânime. O resultado evidencia a necessidade de políticas públicas contínuas voltadas à redução das desigualdades territoriais, ao fortalecimento da infraestrutura escolar, à melhoria dos mecanismos de transporte e apoio aos estudantes e à ampliação de ações focalizadas em grupos e regiões mais vulneráveis. Essas medidas são fundamentais para transformar a percepção de equidade em uma condição efetiva e universal de acesso à educação pública de qualidade.

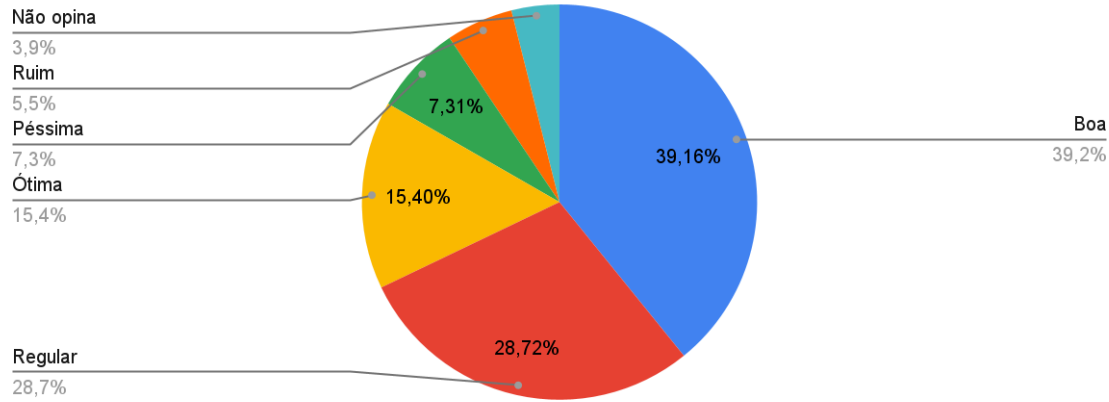
8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	39,16%	18,28%	20,89%	0,00%	17,49%	14,36%	7,31%	11,23%	22,19%	5,74%
Regular	28,72%	14,36%	14,36%	0,00%	14,10%	10,70%	3,92%	6,27%	16,71%	5,74%
Ótima	15,40%	6,27%	8,88%	0,26%	6,53%	4,96%	3,92%	5,48%	7,31%	2,61%
Péssima	7,31%	4,18%	3,13%	0,00%	2,35%	4,18%	0,78%	1,83%	4,44%	1,04%
Ruim	5,48%	3,39%	2,09%	0,00%	2,35%	2,35%	0,78%	0,78%	4,18%	0,52%
Não opina	3,92%	1,31%	2,61%	0,00%	1,57%	1,04%	1,31%	1,31%	1,31%	1,31%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65

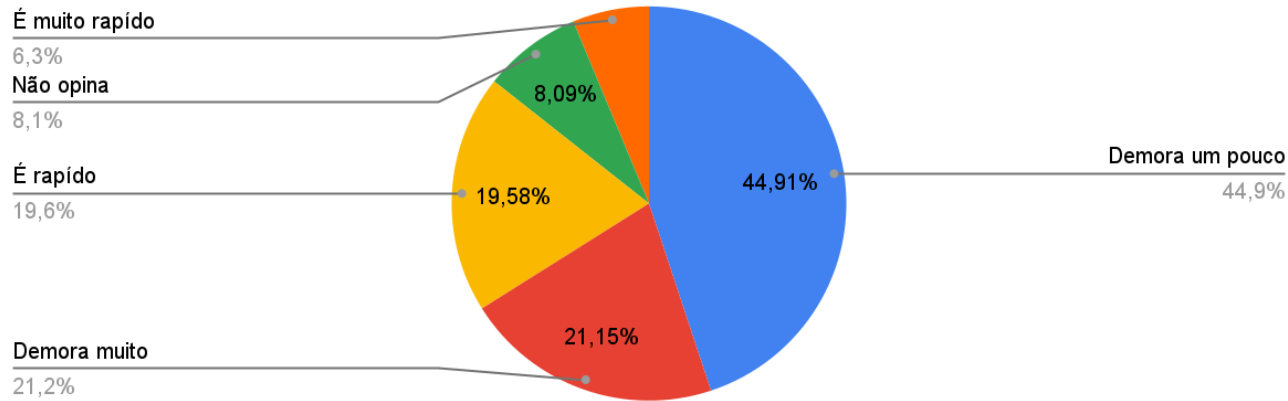
Tempo de espera da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora um pouco	44,91%	21,41%	23,24%	0,26%	20,89%	16,71%	7,31%	9,92%	26,11%	8,88%
Demora muito	21,15%	12,27%	8,88%	0,00%	8,36%	9,14%	3,66%	4,96%	13,32%	2,87%
É rápido	19,58%	8,36%	11,23%	0,00%	8,36%	7,05%	4,18%	7,57%	9,14%	2,87%
Não opina	8,09%	3,66%	4,44%	0,00%	3,92%	2,35%	1,83%	2,87%	3,66%	1,57%
É muito rápido	6,27%	2,09%	4,18%	0,00%	2,87%	2,35%	1,04%	1,57%	3,92%	0,78%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



A análise da avaliação da qualidade do atendimento nos postos de saúde evidencia um cenário de desempenho intermediário a positivo, marcado por avanços relevantes, mas também por limitações operacionais que impactam a experiência de parte expressiva da população. As percepções favoráveis, que somam 54,6% dos respondentes, sendo 39,2% que classificam o serviço como bom e 15,4% como ótimo, indicam que mais da metade dos usuários reconhece aspectos positivos no atendimento, como acolhimento adequado, capacidade de resolução das demandas e atuação satisfatória das equipes de saúde. Esse resultado sugere que, em diversas unidades ou contextos, o serviço consegue atender às expectativas básicas da população.

Entretanto, o percentual significativo de respostas regulares, que atinge 28,7%, aponta para a percepção de um atendimento que funciona de forma aceitável, porém com fragilidades recorrentes. Essas limitações podem estar associadas a fatores estruturais e organizacionais, como tempo de espera prolongado, insuficiência ou rotatividade de profissionais, infraestrutura física inadequada ou variações na qualidade do atendimento entre diferentes unidades de saúde. Tal avaliação intermediária indica espaço importante para aprimoramento da padronização e da eficiência dos serviços.

As avaliações negativas, que totalizam 12,8%, sendo 5,5% ruim e 7,3% péssima, evidenciam problemas mais críticos enfrentados por uma parcela dos usuários. Ainda que minoritário, esse grupo sinaliza falhas que comprometem diretamente a satisfação e a confiança no sistema de saúde, podendo refletir experiências de demora excessiva, dificuldade de acesso a consultas e exames, ou atendimento percebido como insuficiente ou inadequado.

O percentual de 3,9% de respondentes que não opinaram sugere ausência de contato recente com os postos de saúde ou falta de informações suficientes para uma avaliação consistente, não alterando de forma significativa a tendência geral observada nos dados.

De forma complementar, a percepção sobre o tempo de espera reforça as limitações identificadas na avaliação da qualidade do atendimento. A soma de 44,9% dos respondentes que afirmam que o atendimento demora um pouco e 21,2% que relatam que demora muito, totalizando 66,1%, indica que a morosidade é uma experiência predominante para a maioria dos usuários. Esse dado evidencia gargalos operacionais relevantes, possivelmente relacionados à alta demanda por serviços, insuficiência de profissionais, distribuição inadequada de agendas ou ineficiências na gestão dos fluxos de atendimento.

Em contrapartida, 25,9% dos respondentes avaliam o tempo de espera de forma positiva, sendo 19,6% que consideram o atendimento rápido e 6,3% muito rápido, o que indica que algumas unidades, turnos ou tipos de atendimento conseguem operar com maior fluidez e eficiência. Esse resultado demonstra que existem boas práticas e capacidades instaladas que podem ser replicadas ou ampliadas em outras unidades.

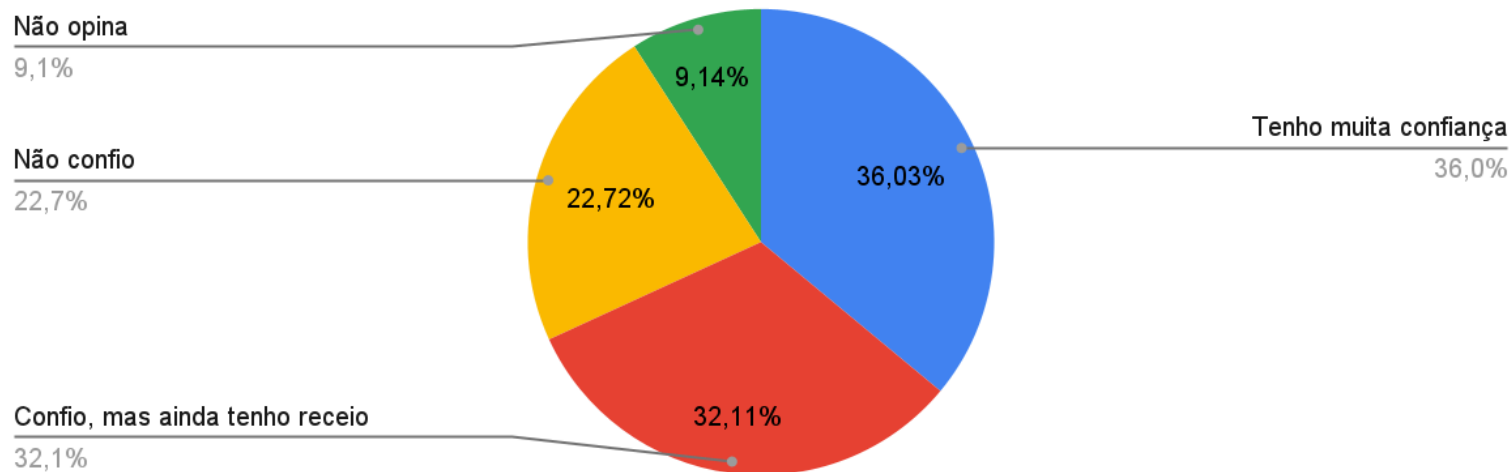
O percentual de 8,1% que não opinou sobre o tempo de espera pode refletir pouco uso recente dos serviços ou dificuldade em avaliar esse aspecto específico.

De forma integrada, os dados apontam para um sistema de atenção básica que atende parcialmente às expectativas da população, com reconhecimento de qualidade em parte significativa dos atendimentos, mas com predominância de percepções de espera moderada a longa. Esse cenário reforça a necessidade de investimentos em gestão, otimização de recursos humanos, reorganização dos fluxos de atendimento, ampliação da capacidade instalada e adoção de estratégias que reduzam os tempos de espera, de modo a promover maior equidade, eficiência e satisfação dos usuários nos postos de saúde do município.

8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	36,03%	15,40%	20,63%	0,00%	15,40%	11,75%	8,88%	10,97%	20,63%	4,44%
Confio, mas ainda tenho receio	32,11%	15,40%	16,45%	0,26%	14,88%	12,53%	4,70%	7,57%	16,71%	7,83%
Não confio	22,72%	12,53%	10,18%	0,00%	10,70%	9,66%	2,35%	5,74%	13,84%	3,13%
Não opina	9,14%	4,44%	4,70%	0,00%	3,39%	3,66%	2,09%	2,61%	4,96%	1,57%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65

4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



A análise da percepção sobre a confiança nas forças policiais do município revela um cenário de confiança predominante, porém marcado por cautela e assimetrias relevantes na forma como a atuação policial é percebida pela população. O percentual de 36% dos respondentes que declararam ter muita confiança, somado aos 32,1% que afirmam confiar, mas ainda com receio, resulta em 68,1% da população com algum grau de confiança na corporação. Esse dado indica reconhecimento da legitimidade institucional e da importância das forças policiais para a manutenção da ordem e da segurança pública, ao mesmo tempo em que evidencia que parte expressiva dessa confiança não é plena, mas condicionada a incertezas e percepções de risco.

A presença significativa de respondentes que confiam, porém manifestam receio, sugere que experiências negativas pontuais, relatos indiretos, sensação de vulnerabilidade em determinados territórios ou percepção de falhas operacionais influenciam a relação entre a população e a polícia. Esse grupo representa um segmento estratégico, pois demonstra abertura à confiança institucional, mas demanda maior previsibilidade, consistência e efetividade nas ações policiais para que essa confiança se consolide de forma mais robusta.

Por outro lado, os 22,7% que afirmam não confiar nas forças policiais evidenciam a existência de um contingente relevante da população que percebe insuficiências na atuação do serviço. Essa desconfiança pode estar associada à baixa presença territorial em determinadas áreas, à percepção de lentidão ou ineficiência na resposta a ocorrências, à falta de comunicação com a comunidade ou a experiências negativas diretas, fatores que fragilizam a credibilidade institucional e ampliam a sensação de insegurança.

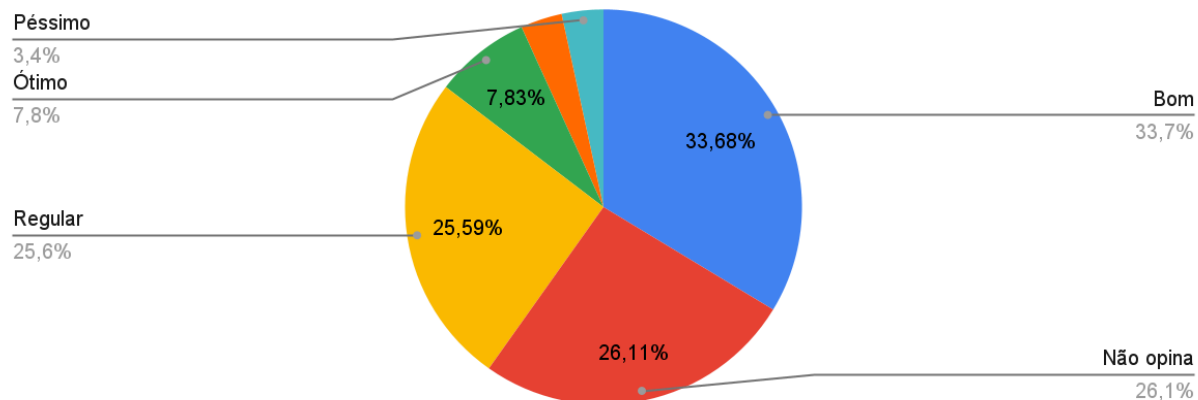
O percentual de 9,1% de respondentes que não opinaram reforça a hipótese de distanciamento institucional, pouco contato direto com os serviços de segurança ou desconhecimento sobre a atuação cotidiana da polícia, o que limita a construção de uma percepção mais clara e fundamentada sobre o desempenho da corporação.

De forma integrada, os dados indicam que, embora a confiança nas forças policiais seja majoritária, ela não é homogênea nem plenamente consolidada. O cenário aponta para desafios relevantes relacionados à consistência das ações, à transparência institucional e à aproximação com a comunidade. O fortalecimento de estratégias de policiamento comunitário, ampliação da presença territorial, melhoria da comunicação e divulgação das ações realizadas, bem como o investimento em práticas que reforcem a previsibilidade e a equidade no atendimento, são fundamentais para reduzir receios, recuperar a confiança dos segmentos mais críticos e ampliar a credibilidade plena das forças policiais junto à população.

8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Bom	33,68%	15,67%	18,02%	0,00%	15,67%	12,53%	5,48%	8,36%	19,06%	6,27%
Não opina	26,11%	12,27%	13,84%	0,00%	10,70%	9,14%	6,27%	7,31%	13,05%	5,74%
Regular	25,59%	13,32%	12,01%	0,26%	12,53%	10,18%	2,87%	5,22%	16,45%	3,92%
Ótimo	7,83%	3,13%	4,70%	0,00%	3,13%	2,35%	2,35%	3,66%	3,39%	0,78%
Ruim	3,39%	2,09%	1,31%	0,00%	1,31%	1,83%	0,26%	0,78%	2,35%	0,26%
Péssimo	3,39%	1,31%	2,09%	0,00%	1,04%	1,57%	0,78%	1,57%	1,83%	0,00%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



A análise da avaliação dos serviços do CRAS e CREAS evidencia um cenário predominantemente favorável, embora marcado por limitações operacionais e desafios de alcance que merecem atenção. O fato de 33,7% dos respondentes classificarem os serviços como bons e 7,8% como ótimos, totalizando 41,5% de percepções positivas, indica que uma parcela significativa da população que efetivamente conhece ou utiliza esses equipamentos socioassistenciais reconhece eficiência no atendimento, acolhimento adequado e capacidade de resposta às demandas sociais, especialmente no acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, o percentual de 25,6% de avaliações regulares revela que, para um contingente relevante de usuários, os serviços cumprem suas funções de forma apenas satisfatória, apresentando limitações que afetam a experiência de atendimento. Essas restrições podem estar associadas à sobrecarga de demanda, à insuficiência de recursos humanos e materiais, ao tempo de espera ou à falta de padronização nos procedimentos e na qualidade entre diferentes unidades e territórios, o que gera percepções desiguais sobre a efetividade dos serviços.

As avaliações negativas, que somam 6,8%, sendo 3,4% ruins e 3,4% péssimas, apontam para falhas mais críticas que impactam diretamente uma parcela dos usuários. Embora minoritárias, essas percepções indicam situações em que o atendimento não atende às expectativas mínimas, podendo comprometer a confiança na política de assistência social e reduzir a procura pelos serviços por parte de quem mais necessita.

De forma integrada, os dados demonstram que os serviços do CRAS e CREAS possuem uma base consistente de aprovação entre os usuários informados, mas ainda enfrentam desafios importantes relacionados à ampliação do acesso, à melhoria da divulgação e à padronização da qualidade do atendimento. O fortalecimento da comunicação institucional, a ampliação da presença territorial, a qualificação contínua das equipes e o aprimoramento da gestão são medidas essenciais para ampliar o conhecimento da população sobre esses serviços, reduzir as avaliações intermediárias e negativas e consolidar uma percepção pública mais positiva, homogênea e alinhada aos objetivos da política socioassistencial no município.

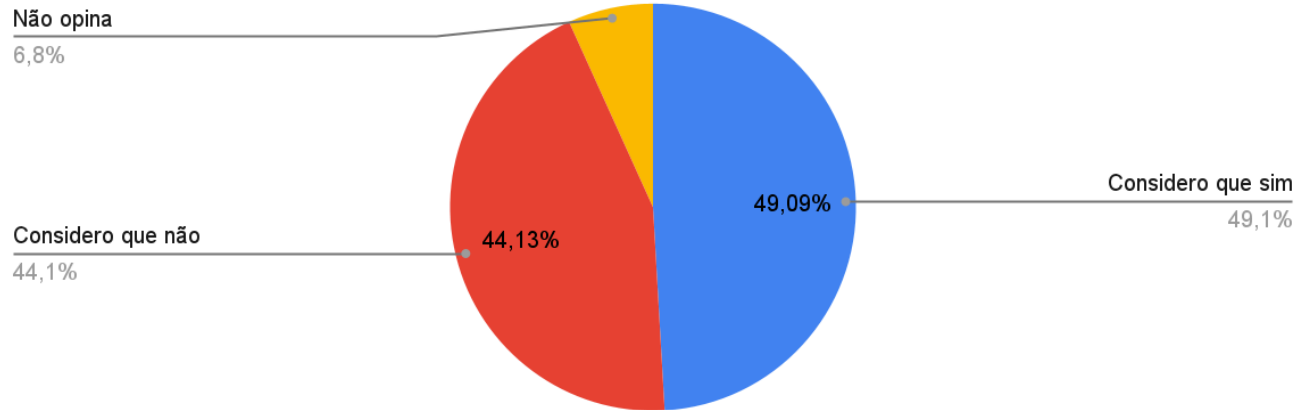
8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	49,09%	21,15%	27,94%	0,00%	24,02%	17,49%	7,57%	12,53%	29,24%	7,31%
Considero que não	44,13%	23,50%	20,37%	0,26%	17,75%	18,28%	8,09%	12,53%	22,98%	8,62%
Não opina	6,79%	3,13%	3,66%	0,00%	2,61%	1,83%	2,35%	1,83%	3,92%	1,04%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65

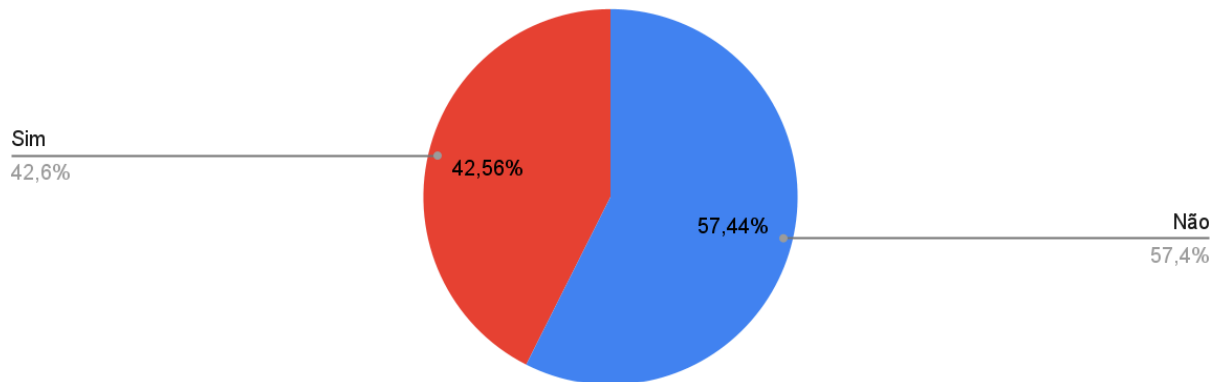
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	57,44%	27,42%	29,77%	0,26%	25,59%	21,15%	10,70%	15,14%	31,33%	10,97%
Sim	42,56%	20,37%	22,19%	0,00%	18,80%	16,45%	7,31%	11,75%	24,80%	6,01%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



A análise da percepção sobre a disponibilidade de oportunidades de trabalho no município revela um cenário de forte equilíbrio e polarização nas avaliações, indicando desafios estruturais relevantes no mercado de trabalho local. O percentual de 49,1% dos respondentes que consideram existir vagas suficientes demonstra que quase metade da população percebe a oferta de empregos como compatível com a demanda existente e com o nível de qualificação disponível, sugerindo a presença de setores econômicos capazes de absorver parte significativa da força de trabalho.

Por outro lado, a proporção igualmente expressiva de 44,1% que afirma não haver oportunidades suficientes evidencia que uma parcela quase equivalente da população enfrenta dificuldades concretas de inserção laboral. Essa percepção negativa pode estar relacionada à escassez de vagas formais, à concentração das oportunidades em determinados segmentos econômicos, à inadequação entre as exigências do mercado e o perfil de qualificação de parte dos trabalhadores ou ainda a barreiras específicas enfrentadas por grupos mais vulneráveis, como jovens, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadores mais velhos ou mulheres. Esse equilíbrio entre percepções positivas e negativas revela que o acesso às oportunidades de trabalho ocorre de forma desigual, variando conforme o perfil socioeconômico, o território e a área de atuação profissional.

O percentual de 6,8% de respondentes que não opinaram sugere afastamento do tema, ausência de busca recente por emprego ou desconhecimento sobre a dinâmica atual do mercado de trabalho municipal, não alterando de forma significativa a tendência geral de divisão perceptiva identificada.

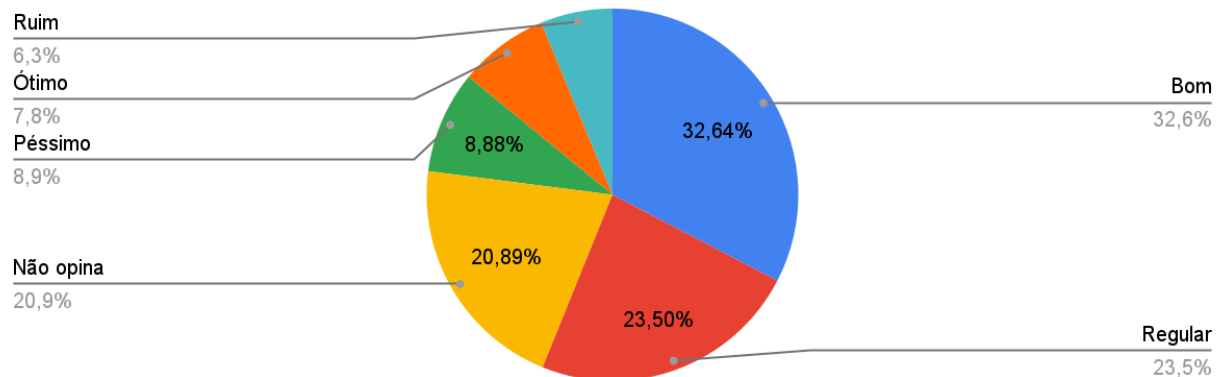
De maneira complementar, os dados referentes ao conhecimento dos programas municipais de capacitação profissional reforçam a existência de fragilidades na articulação entre políticas de qualificação e o mercado de trabalho. O fato de 57,4% da população declarar não conhecer esses programas evidencia uma lacuna expressiva na divulgação e nos canais de comunicação das iniciativas públicas, o que limita seu alcance e reduz seu potencial impacto na promoção da empregabilidade e da inserção produtiva. Em contrapartida, os 42,6% que afirmam ter conhecimento indicam que uma parcela relevante da população consegue acessar essas informações, possivelmente por meio de maior proximidade com equipamentos públicos, redes institucionais ou organizações parceiras.

A diferença entre os grupos evidencia uma assimetria informacional que compromete a adesão e a abrangência das ações de capacitação, reduzindo sua efetividade enquanto instrumento de redução do desemprego e de alinhamento entre oferta e demanda por trabalho. De forma integrada, os dados apontam para a necessidade de políticas públicas mais incisivas voltadas à expansão e diversificação da base econômica local, ao fortalecimento da articulação com o setor produtivo e à inclusão de públicos com maiores dificuldades de inserção. Paralelamente, torna-se fundamental ampliar a visibilidade dos programas de capacitação, diversificar os canais de comunicação e facilitar o acesso da população a essas iniciativas, de modo a promover maior equidade, qualificação profissional efetiva e melhoria sustentável das condições de emprego no município.

8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Bom	32,64%	15,40%	17,23%	0,00%	14,36%	12,79%	5,48%	8,09%	19,06%	5,48%
Regular	23,50%	11,23%	12,01%	0,26%	9,92%	9,66%	3,92%	6,53%	12,53%	4,44%
Não opina	20,89%	10,44%	10,44%	0,00%	9,66%	6,79%	4,44%	5,22%	12,01%	3,66%
Péssimo	8,88%	4,18%	4,70%	0,00%	3,66%	3,39%	1,83%	2,87%	4,44%	1,57%
Ótimo	7,83%	2,61%	5,22%	0,00%	4,18%	2,09%	1,57%	2,87%	3,92%	1,04%
Ruim	6,27%	3,92%	2,35%	0,00%	2,61%	2,87%	0,78%	1,31%	4,18%	0,78%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



A análise da avaliação do acesso ao transporte público no município evidencia um cenário heterogêneo, no qual coexistem percepções positivas, avaliações intermediárias e limitações estruturais relevantes. As percepções favoráveis, que somam 40,4% dos respondentes, sendo 32,6% que classificam o serviço como bom e 7,8% como ótimo, indicam que uma parcela significativa da população reconhece cobertura adequada em determinados trajetos, frequência considerada satisfatória e condições razoáveis de deslocamento para atender às necessidades cotidianas, especialmente em áreas mais centrais ou em linhas com maior demanda.

Entretanto, o percentual de 23,5% de respostas regulares aponta que quase um quarto da população percebe o transporte público como apenas parcialmente eficiente. Essa avaliação intermediária sugere a existência de inconsistências operacionais, como variação na regularidade dos horários, intervalos prolongados entre veículos, baixa integração entre linhas e limitações na infraestrutura de apoio, incluindo pontos de parada, acessibilidade e conforto, fatores que comprometem a previsibilidade e a atratividade do serviço.

As avaliações negativas, que totalizam 15,2% entre ruim e péssimo, evidenciam problemas mais críticos vivenciados por determinados usuários. Ainda que não representem a maioria, esses dados indicam falhas que impactam diretamente o acesso ao transporte, possivelmente concentradas em regiões periféricas ou menos atendidas, onde a oferta é insuficiente, os horários são restritos ou as condições de operação são inadequadas para atender à demanda local.

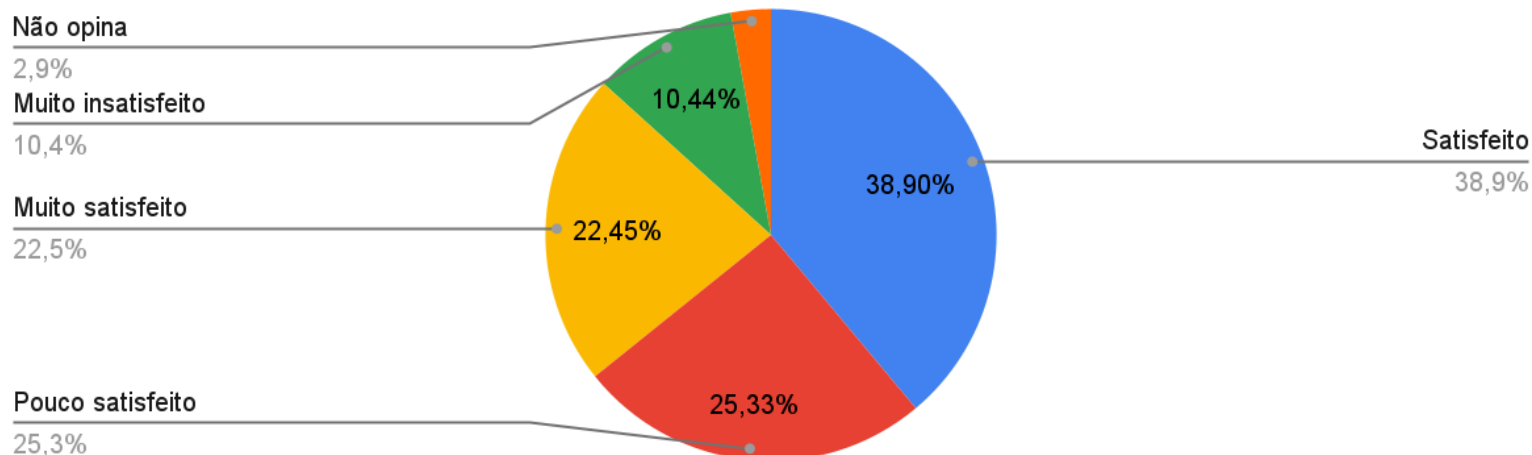
O percentual expressivo de 29,9% de respondentes que não opinaram constitui um elemento relevante para a interpretação dos resultados. Esse índice sugere uso esporádico do transporte público, desconhecimento sobre a cobertura e funcionamento do sistema ou ausência de contato recente com o serviço, o que pode indicar baixa atratividade frente a outros meios de deslocamento ou limitações na divulgação das informações sobre rotas, horários e benefícios do transporte público.

De forma integrada, os dados apontam para a necessidade de ações estruturantes voltadas à ampliação e ao equilíbrio da cobertura territorial, melhoria da regularidade e confiabilidade dos horários, qualificação da infraestrutura e fortalecimento da comunicação com a população. Tais medidas são fundamentais para reduzir as avaliações regulares e negativas, ampliar a adesão ao transporte público e garantir acesso mais equitativo, eficiente e satisfatório para o conjunto da população do município.

8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Satisfeito	38,90%	16,97%	21,93%	0,00%	18,02%	13,58%	7,31%	10,18%	22,19%	6,53%
Pouco satisfeito	25,33%	12,53%	12,53%	0,26%	12,01%	9,66%	3,66%	7,31%	13,84%	4,18%
Muito satisfeito	22,45%	10,44%	12,01%	0,00%	9,92%	8,09%	4,44%	5,74%	12,01%	4,70%
Muito insatisfeito	10,44%	6,27%	4,18%	0,00%	3,13%	4,96%	2,35%	2,87%	6,27%	1,31%
Não opina	2,87%	1,57%	1,31%	0,00%	1,31%	1,31%	0,26%	0,78%	1,83%	0,26%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A análise da percepção sobre as áreas verdes do município revela um cenário majoritariamente favorável, no qual 61,4% dos respondentes se declaram satisfeitos ou muito satisfeitos, sendo 38,9% satisfeitos e 22,5% muito satisfeitos. Esse resultado indica que a maior parte da população reconhece a relevância desses espaços no contexto urbano, associando-os à qualidade ambiental, à oferta de lazer, ao convívio social e à promoção do bem-estar e da qualidade de vida. A avaliação positiva sugere que, em determinadas áreas do município, há manutenção adequada, presença de equipamentos funcionais e condições que permitem o uso regular e seguro das áreas verdes.

Por outro lado, o percentual expressivo de 25,3% de respondentes pouco satisfeitos evidencia a existência de limitações percebidas que reduzem o potencial pleno desses espaços. Essa insatisfação moderada pode estar relacionada a fatores como infraestrutura insuficiente, falta de diversidade de equipamentos, problemas de acessibilidade, percepção de insegurança ou ausência de programação que estimule o uso contínuo das áreas verdes por diferentes faixas etárias e grupos sociais.

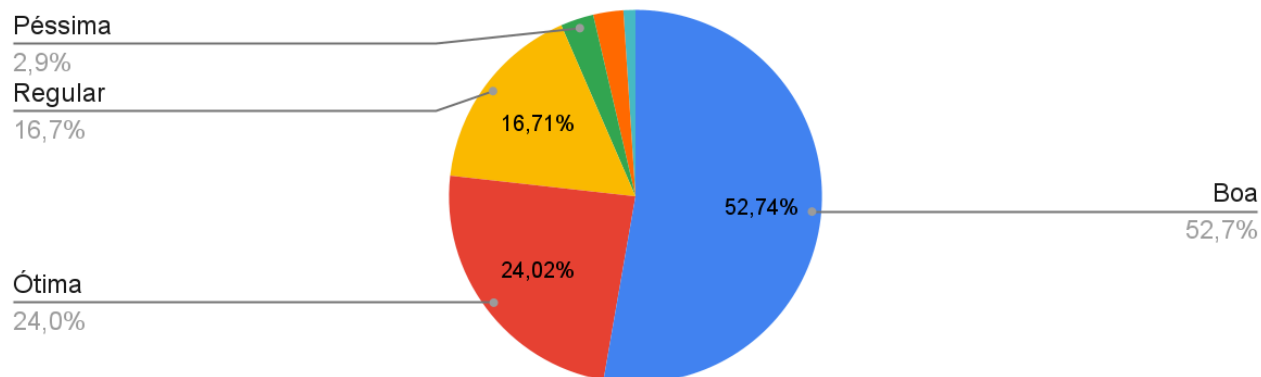
As avaliações negativas, representadas por 10,4% de muito insatisfeitos, apontam para problemas mais graves e estruturais, possivelmente concentrados em regiões específicas do município. Esses dados sugerem desigualdades territoriais no acesso e na qualidade das áreas verdes, com locais que apresentam manutenção deficiente, escassez de espaços disponíveis ou condições inadequadas de uso, comprometendo os benefícios ambientais e sociais esperados.

O baixo percentual de não respondentes, 2,9%, indica que a maioria da população possui algum nível de contato ou conhecimento sobre as áreas verdes existentes, reforçando a relevância do tema no cotidiano municipal. De forma integrada, os resultados demonstram que, embora haja predominância de avaliações positivas, persistem desafios relacionados à equidade na distribuição, à manutenção contínua e à ampliação qualificada das áreas verdes, demandando políticas públicas que assegurem acesso equilibrado, segurança, diversidade de usos e benefícios consistentes para toda a população.

8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	52,74%	25,59%	26,89%	0,26%	24,02%	20,10%	8,62%	13,58%	30,81%	8,36%
Ótima	24,02%	10,18%	13,84%	0,00%	10,18%	8,36%	5,48%	5,74%	13,05%	5,22%
Regular	16,71%	9,14%	7,57%	0,00%	7,83%	6,27%	2,61%	5,22%	8,88%	2,61%
Péssima	2,87%	1,31%	1,57%	0,00%	1,04%	1,31%	0,52%	1,04%	1,57%	0,26%
Ruim	2,61%	1,31%	1,31%	0,00%	0,78%	1,04%	0,78%	0,52%	1,57%	0,52%
Não opina	1,04%	0,26%	0,78%	0,00%	0,52%	0,52%	0,00%	0,78%	0,26%	0,00%
Total geral	100,00%	47,78%	51,96%	0,26%	44,39%	37,60%	18,02%	26,89%	56,14%	16,97%
Bases (entrevistados)	383	183	199	1	170	144	69	103	215	65

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



A análise da avaliação da coleta de lixo domiciliar no município evidencia um cenário amplamente favorável, sustentado por 76,7% de percepções positivas, sendo 52,7% que classificam o serviço como bom e 24% como ótimo. Esse resultado indica que a maioria da população reconhece eficiência operacional, regularidade na execução das rotas e confiabilidade na prestação do serviço, refletindo um sistema que, de modo geral, atende às demandas cotidianas de saneamento básico e contribui para a salubridade urbana e a qualidade de vida.

Entretanto, o percentual de 16,7% de avaliações regulares sinaliza a existência de limitações percebidas por parte dos usuários, possivelmente associadas a variações na frequência da coleta, inconsistências na cobertura territorial ou falhas pontuais de organização logística. Esse grupo revela que, embora o serviço funcione adequadamente na maior parte do município, ainda há margens para aprimoramento no que se refere à padronização da qualidade e à previsibilidade do atendimento.

As avaliações negativas, que totalizam 5,5% entre ruim e péssima, apontam para problemas mais críticos enfrentados por uma parcela reduzida da população, possivelmente concentrada em áreas periféricas, de difícil acesso ou com menor densidade urbana. Esses dados sugerem a presença de desigualdades na prestação do serviço, que podem gerar impactos diretos na percepção de eficiência e na confiança da população afetada.

O baixo percentual de não respondentes, 1%, indica que praticamente toda a população possui contato frequente ou conhecimento suficiente para avaliar o serviço, reforçando a relevância e a visibilidade da coleta de lixo no cotidiano municipal. De forma integrada, os resultados demonstram um alto nível de satisfação geral, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de atenção contínua à ampliação da cobertura, à uniformização da qualidade do serviço e ao monitoramento sistemático das operações, garantindo eficiência consistente e atendimento equitativo em todo o território do município.

9. Conclusão

A análise integrada de todas as dimensões avaliadas no relatório revela um panorama geral predominantemente positivo, embora com desafios estruturais, desigualdades percebidas e lacunas de informação que impactam a percepção e a experiência da população. No setor educacional, 68,7% dos respondentes consideram que há igualdade de acesso às escolas públicas, indicando percepção de adequação na oferta e capacidade de atendimento a diferentes regiões e grupos sociais. Entretanto, 21,75% percebem desigualdades, possivelmente associadas à distribuição desigual de unidades escolares, infraestrutura insuficiente, barreiras socioeconômicas ou dificuldades de transporte, e 9,7% não opinaram, indicando distanciamento ou falta de contato direto com o sistema educacional. Esses dados apontam a necessidade de monitoramento contínuo, políticas voltadas à equidade real e maior transparência na comunicação das ações educacionais.

No atendimento em saúde, 54,6% consideram os serviços bons ou ótimos, indicando percepção de eficiência, acolhimento e resolutividade, enquanto 28,7% avaliam como regular, refletindo limitações em tempo de espera, disponibilidade de profissionais, infraestrutura ou variabilidade entre unidades. As avaliações negativas, 12,8%, evidenciam problemas pontuais que afetam a experiência de alguns usuários. Em relação ao tempo de espera, 66,1% percebem morosidade, apontando gargalos operacionais e necessidade de ajustes na gestão, otimização de recursos e estratégias que reduzam o tempo de atendimento, enquanto 25,9% vivenciam atendimento ágil. O percentual de 8,1% de não respostas indica ausência de contato recente ou informação insuficiente. Em conjunto, os dados sugerem que o atendimento é parcialmente satisfatório, demandando padronização de processos, capacitação e melhorias estruturais para aumentar a eficiência e satisfação da população.

A confiança nas forças policiais apresenta predominância positiva, com 68,1% dos entrevistados confiando totalmente ou parcialmente, mas 22,7% não confiam e 9,1% não opinaram, evidenciando necessidade de consistência na atuação, transparência, aproximação com a comunidade e estratégias que reforcem a credibilidade plena da corporação, reduzindo receios e aumentando percepção de segurança.

Nos serviços do CRAS e CREAS, 41,5% consideram os serviços bons ou ótimos, 25,6% regulares e 6,8% negativos, enquanto 34,4% não opinaram, indicando baixo conhecimento, pouco acesso ou falta de informação sobre os serviços socioassistenciais. Esses dados reforçam a necessidade de ampliar a divulgação, fortalecer o acesso e padronizar a qualidade para ampliar a percepção positiva, utilização e efetividade desses equipamentos.

Quanto ao mercado de trabalho, 49,1% percebem existência de oportunidades suficientes e 44,1% afirmam o contrário, evidenciando desafios relacionados à escassez de vagas, inadequação entre oferta e qualificação ou concentração setorial, enquanto 6,8% não opinaram. A lacuna de conhecimento sobre programas de capacitação é significativa, com 57,4% sem conhecimento, limitando o impacto das políticas de qualificação profissional, enquanto 42,6%

afirmam ter conhecimento, evidenciando assimetria informacional. Esses dados apontam necessidade de estratégias de comunicação, ampliação da visibilidade e fortalecimento do acesso aos programas de capacitação para garantir equidade e efetividade.

No transporte público, 40,4% avaliam o serviço como bom ou ótimo, 23,5% como regular e 15,2% como ruim ou péssimo, enquanto 29,9% não opinaram, indicando desigualdade de experiência, baixa visibilidade e uso esporádico. Esses dados reforçam a necessidade de ampliação da cobertura, melhoria da infraestrutura, padronização da qualidade e estratégias de comunicação para garantir acesso equitativo e experiência satisfatória.

As áreas verdes do município são avaliadas positivamente por 61,4% dos respondentes, com 25,3% pouco satisfeitos e 10,4% muito insatisfeitos, evidenciando que, embora a percepção predominante seja favorável, existem desigualdades relacionadas à manutenção, infraestrutura, diversidade de equipamentos, segurança e acessibilidade, sendo necessária atenção à ampliação e equidade desses espaços.

A coleta de lixo domiciliar apresenta 76,7% de percepções positivas, 16,7% regulares e 5,5% negativas, com 1% não opinando, indicando satisfação majoritária, mas revelando problemas pontuais de cobertura, frequência ou pequenas falhas operacionais em determinadas regiões, especialmente periféricas.

Em síntese, os dados mostram que, embora a população perceba de forma majoritária qualidade, eficiência e disponibilidade nos serviços públicos essenciais, persistem desafios estruturais relacionados à equidade de acesso, consistência na prestação de serviços, lacunas de informação, desigualdades territoriais e necessidade de padronização de processos. Esses resultados reforçam a importância de planejamento estratégico, monitoramento contínuo, investimentos direcionados, otimização de recursos, ampliação da comunicação institucional e implementação de políticas que promovam equidade, eficiência e melhoria contínua, garantindo benefícios sustentáveis e uniformes para toda a população.